

ORF

Olivia Rocha Freitas

Doutora em Estudos da Linguagem

CURSO  
LINGUAGEM SIMPLES:  
ELABORAÇÃO DE DOCUMENTOS  
JURÍDICOS

Modalidade online



Photo by Brooke Cagle on Unsplash

Brasília, 6 de novembro de 2024.

# ÍNDICE

Photo by canva.com.br



1 APRESENTAÇÃO DA DOCENTE	03
2 APRESENTAÇÃO DO CURSO	04
3 OBJETIVO GERAL 4 OBJETIVOS ESPECÍFICOS	05
5 METODOLOGIA	06
6 PÚBLICO-ALVO 7 CARGA HORÁRIA 8 MATERIAL DIDÁTICO	07
9 RESPONSABILIDADE DA CONTRATADA	08
10 RESPONSABILIDADE DO CONTRATANTE	09
11 PROTEÇÃO DE DADOS	10
12 CONTEÚDO DO CURSO	11
13 CRONOGRAMA	12
14 CARGA HORÁRIA	13
15 INVESTIMENTO 16 FORMA DE PAGAMENTO 17 VALIDADE DA PROPOSTA	14
18 DADOS DA EMPRESA 19 DADOS BANCÁRIOS	15
PORTFÓLIO DE CLIENTES	16

# 1 APRESENTAÇÃO DA DOCENTE



- Doutora e Mestre em Estudos da Linguagem.
- Graduada em Direito e Letras. Advogada.
- Professora do ensino superior desde 2006. Atualmente leciona no IDP-Brasília, OAB DF e OAB Nacional.
- Coordenadora dos grupos de pesquisa: "Democratização da Linguagem e Acesso à Justiça" e "Argumentação jurídica e oratória" (CNPQ).
- Autora de 3 livros e diversos artigos com a temática linguagem simples e argumentação jurídica e oratória.
- Professora de cursos de capacitação e aperfeiçoamento para Tribunais (STJ, TSE, STM, TRTs, TREs, Tribunais Estaduais, DPs), e escritórios de advocacia nas matérias de redação jurídica e linguagem simples aplicada à escrita de acórdãos, sentenças, documentos oficiais e peças jurídicas.
- Consultora em elaboração de documentos jurídicos.
- Avaliadora do MEC.
- CV:<http://lattes.cnpq.br/8153398422858611>

## 2 APRESENTAÇÃO DO CURSO

O Curso de Linguagem Simples: elaboração de documentos jurídicos visa desenvolver habilidades de escrita dos servidores públicos para que seus textos sejam mais claros e precisos, tendo em vista uma aproximação da comunicação do Judiciário com a sociedade.

O direito de acesso à justiça inclui a adoção de estratégias e de procedimentos que visam ampliar o diálogo com o cidadão, por meio de uma linguagem de fácil compreensão.

Nesse sentido, verifica-se uma urgente necessidade de implementar uma linguagem simples no judiciário, conforme a Recomendação n. 144, de 25 de agosto de 2023 e Portaria n. 351, de 4 de dezembro de 2023, ambas do CNJ,

Assim, o presente curso possibilitará a percepção ampla da escrita jurídica que viabilizará a elaboração de documentos com linguagem acessível.



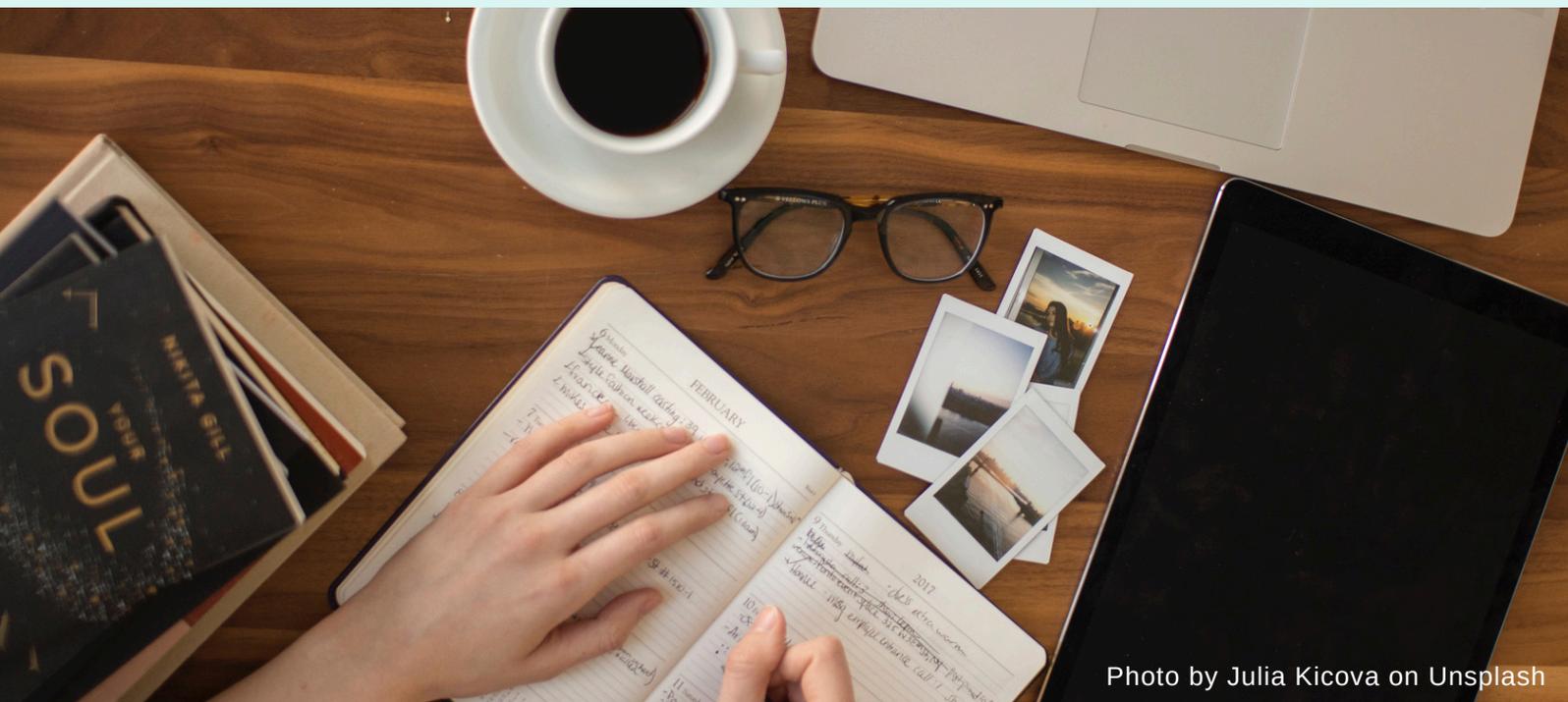
Photo by Olga Serjantu on Unsplash

### 3 OBJETIVO GERAL

O curso de Linguagem Simples para Tribunais objetiva desenvolver a competência da linguagem simples no âmbito jurídico, conforme a Recomendação n. 144, de 25/8/3023 e Portaria n. 351, de 4/12/2023, em seu art. 2.º, III, ambas do CNJ, por meio de aulas teóricas e práticas.

### 4 OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- Desenvolver habilidade da escrita simples.
- Compreender a gramática normativa como instrumento de organização do pensamento.
- Refletir sobre a linguagem rebuscada e o juridiquês.
- Aplicar técnicas da linguagem simples para uma comunicação mais clara e efetiva.
- Analisar o grau de leituraabilidade e legibilidade de textos jurídicos como sentenças e acórdãos.
- Compreender a diferença entre linguagem simples, jurídica e juridiquês.



## 5 METODOLOGIA

O curso será ofertado na modalidade online, de forma síncrona, por intermédio de plataforma digital disponibilizada pelo contratante, com aulas teóricas e práticas de análise, produção e correção de textos.

Após cada encontro, o aluno fará a aplicação do conteúdo ministrado, por meio de uma atividade assíncrona, e encaminhará para a professora analisar e apresentar *feedback* individual.

Serão utilizadas metodologias diversificadas e ativas, com foco na aprendizagem vivencial, adequadas ao conteúdo e experiências do aluno, como leitura de textos, debates, jogos, aula expositiva, intervenção prática etc.

Poderão ser realizadas atividades práticas ou teóricas, conforme a pertinência do tema e necessidade de adequação pedagógica.

Os critérios de pontuação de cada atividade e aprovação deverão ser estabelecidos pelo contratante.

## 6 PÚBLICO-ALVO

Uma turma de, no máximo, 25 (vinte e cinco) alunos dos gabinetes do Tribunal.

## 7 CARGA HORÁRIA

A carga horária total do curso será de 29 (vinte e nove) horas, na modalidade online.

## 8 MATERIAL DIDÁTICO

O material didático utilizado nas aulas será disponibilizado para os alunos, para consulta, no formato .pdf.

Destaca-se que esse é um documento autoral e não há autorização para comercialização, divulgação ou utilização sem autorização prévia.



Photo by JESHOTS.COM on Unsplash

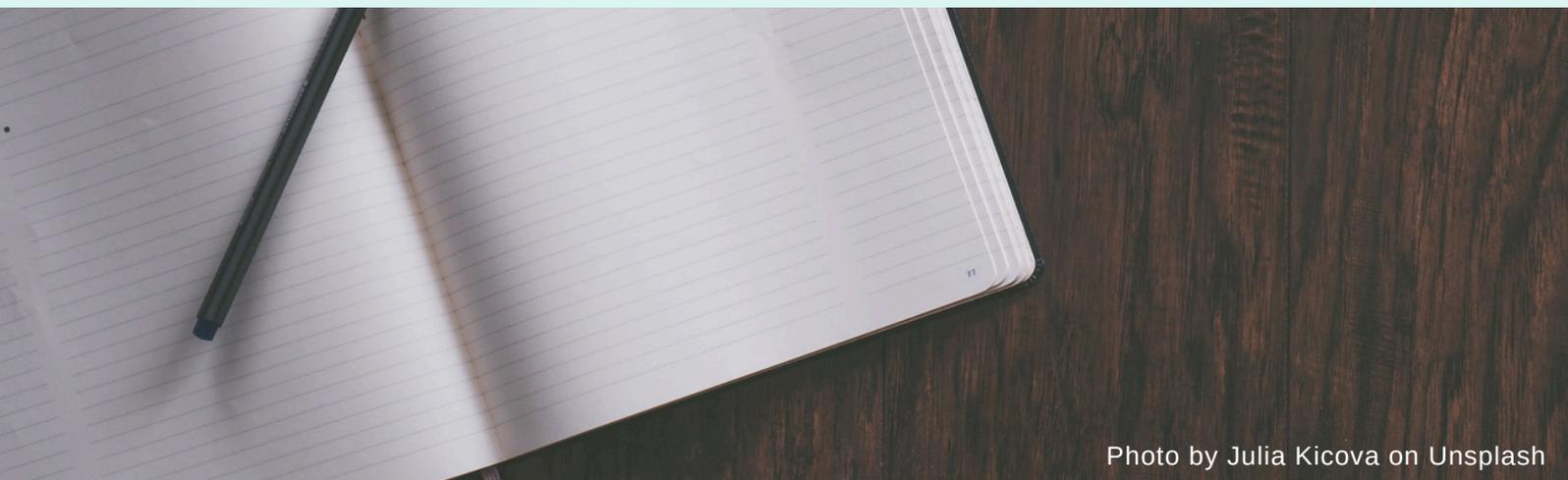


Photo by Julia Kicova on Unsplash

## 9 RESPONSABILIDADE DA CONTRATADA

A contratada fica obrigada a:

- Seguir o conteúdo programático e a carga horária desta proposta.
- Estruturar e planejar as aulas de forma personalizada, aplicando o conteúdo prático e teórico aos textos do contratante.
- Elaborar o material didático digitalizado, correspondente aos slides de aula, e encaminhar ao contratante após cada aula.
- Realizar reunião de alinhamento antes da ação educacional.
- Avaliar as atividades assíncronas realizadas por cada aluno e devolvê-las, com feedback, no prazo máximo de 72 horas.
- Prestar todos os esclarecimentos que lhe forem solicitados pela contratante.
- Conduzir as aulas com ética e urbanidade nos horários e datas estabelecidos.
- Manter sigilo de todas as informações que lhe forem confiadas para e na execução do curso.



Photo by Julia Kicova on Unsplash

## 10 RESPONSABILIDADE DA CONTRATANTE

O contratante fica obrigado a:

- Divulgar a ação de educação.
- Administrar a inscrição dos participantes.
- Formar a turma.
- Designar os participantes e enviar à contratada um documento oficial com a relação dos nomes de todos os participantes.
- Prestar suporte aos instrutores e aos alunos.
- Aplicar a avaliação de reação e disponibilizá-la para a contratada.
- Acompanhar e fiscalizar a execução do objeto.
- Prestar à contratada, em tempo hábil, as informações e os esclarecimentos eventualmente necessários à prestação dos serviços.
- Disponibilizar a plataforma na qual os encontros a distância síncronos serão realizados.
- Notificar a contratada sobre qualquer irregularidade encontrada na execução do objeto.
- Estabelecer critérios de pontuação das atividades assíncronas, bem como de aprovação e apresentá-los à contratada pelo menos uma semana antes do início do curso.



- Efetuar o pagamento devido pela prestação dos serviços, no prazo estabelecido.
- Designar um responsável pelo acompanhamento do projeto.
- Facilitar o acesso/obtenção de informações e dados sobre a organização necessários ao bom andamento da ação.
- Realizar o controle e registro de frequência dos alunos.
- Disponibilizar para os alunos o material do curso enviado pela contratada.

## 11 PROTEÇÃO DE DADOS

O contratante deverá encaminhar ao endereço eletrônico da contratada ([oliviarochafreitas@gmail.com](mailto:oliviarochafreitas@gmail.com)) a lista de matriculados contendo o nome completo e e-mail dos alunos, no mínimo, uma semana antes do início do curso.

Os dados serão utilizados exclusivamente para controle de atividades assíncronas, em atendimento à LGPD.

As aulas síncronas poderão ser gravadas e disponibilizadas na plataforma do contratante apenas para os alunos matriculados no curso correspondente a esta proposta

Após o último dia de aula síncrona, o material deverá ser indisponibilizado, não podendo ser utilizado para qualquer fim.

# 12 CONTEÚDO DO CURSO

Aulas	Carga horária	Conteúdo
Aula 1	3h	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Conceito do curso. Taxonomia do texto jurídico.</li> <li>• Pacto do judiciário pela Linguagem Simples.</li> <li>• Estrutura e padronização de acórdãos.</li> </ul>
Atividade 1	4h	Análise e reformulação de acórdãos quanto à estrutura e padronização.
Aula 2	3h	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Lógica textual de acórdãos.</li> <li>• Organização e planejamento de acórdãos.</li> <li>• Divisão de textos. Disposição de títulos.</li> </ul>
Atividade 2	4h	Análise e reformulação de acórdãos quanto à lógica.
Aula 3	3h	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Técnicas de linguagem simples - precisão, clareza e objetividade - aplicadas ao texto de acórdão.</li> <li>• Linguagem, automação e IA.</li> <li>• Linguagem simples, linguagem jurídica e juridiquês em acórdãos.</li> <li>• Excesso de linguagem.</li> <li>• Tesouro.</li> <li>• Ementa simples.</li> </ul>
Atividade 3	4h	Elaboração de sentenças com linguagem simples.
Aula 4	3h	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Linguagem visual aplicada aos documentos jurídicos.</li> <li>• Simplificação do texto de sentença.</li> <li>• Elementos gramaticais aplicados ao texto.</li> </ul>
Atividade 4	4h	Elaboração de sentenças com linguagem simples.

# 13 CRONOGRAMA

Data/Hora	Atividade	Modalidade	Carga horária
22/4/2025 8h às 11h	Aula 1	aula síncrona (conteúdo teórico/ prático)	3 horas/aula
22 a 24/4/2025	Atividade aplicada 1	atividade assíncrona (conteúdo teórico/ prático)	4 horas/aula
24/4/2025 8h às 11h	Aula 2	aula síncrona (conteúdo teórico/ prático)	3 horas/aula
24/4 a 28/4/2025	Atividade aplicada 2	atividade assíncrona (conteúdo teórico/ prático)	4 horas/aula
28/4/2025 8h às 11h	Aula 3	aula síncrona (conteúdo teórico/ prático)	3 horas/aula
28 a 30/4/2025	Atividade aplicada 3	atividade assíncrona (conteúdo teórico/ prático)	4 horas/aula
30/4/2025 8h às 11h	Aula 4	aula síncrona (conteúdo teórico/ prático)	3 horas/aula
30 a 2/5/2025	Atividade aplicada 4	atividade assíncrona (conteúdo teórico/ prático)	4 horas/aula

# 14 CARGA HORÁRIA

Atividades	Carga horária	Total
Aula síncrona	4 aulas 3 horas/aula	12 horas
Atividade aplicada assíncrona	4 atividades 4 horas/aula	16 horas
Reunião síncrona de alinhamento de conteúdo	Contratante e contratado	1 hora
		<b>29 horas</b>



## 15 INVESTIMENTO

A remuneração será realizada conforme o valor hora/aula:

Valor da hora/aula	Carga horária	Valor total
R\$ 860,00 (oitocentos e sessenta reais)	29 (vinte e nove) horas	R\$ 24.940,00 (vinte e quatro mil novecentos e quarenta reais)

## 16 FORMA DE PAGAMENTO

O pagamento deverá ser realizado mediante nota fiscal, na importância de R\$ 24.940,00 (vinte e quatro mil novecentos e quarenta reais), em, no máximo, 10 dias úteis a contar do último dia do curso.

## 17 VALIDADE DA PROPOSTA

A proposta terá validade por 90 dias a contar da data do recebimento.

Ressalta-se que todos os encargos e despesas com instrutores são de responsabilidade da fornecedora.

## 18 DADOS DA EMPRESA

Razão Social: Olívia Rocha Freitas ME

CNPJ: 24.519.083/0001-98

Endereço: SQS 411, bloco S, Brasília/DF

CEP: 70.277-190

Tele/Fax: (61) 982505225

Responsável pela Instituição: Olívia Rocha Freitas

E-mail: oliviarochafreitas@gmail.com

Site: www.oliviarochafreitas.com.br

## 19 DADOS BANCÁRIOS

Banco: Banco do Brasil -001

Agência: 3476-2

Conta: 27528-x.

Brasília, 6 de novembro de 2024.

**OLIVIA ROCHA**  
**FREITAS:24519**  
**083000198**

Assinado de forma digital  
por OLIVIA ROCHA  
FREITAS:24519083000198  
Dados: 2024.11.06  
17:57:03 -03'00'

Dr.<sup>a</sup> Olívia Rocha Freitas  
Responsável técnica/Instrutora

## 20 PORTFÓLIO DE CLIENTES

### **Tribunais Superiores**

STJ - Superior Tribunal de Justiça

STM - Superior Tribunal Militar

TST - Tribunal Superior do Trabalho

TSE - Tribunal Superior Eleitoral

### **Tribunais Estaduais**

TJDFT - Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios

TJMA - Tribunal de Justiça do Maranhão

TJAP - Tribunal de Justiça do Amapá

### **Tribunais do Trabalho**

ENAMAT - Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados do Trabalho

TRT6 - Tribunal Regional do Trabalho da 6.<sup>a</sup> Região

TRT8 - Tribunal Regional do Trabalho da 8.<sup>a</sup> Região

TRT9 - Tribunal Regional do Trabalho da 9.<sup>a</sup> Região

TRT10 - Tribunal Regional do Trabalho da 10.<sup>a</sup> Região

TRT11 - Tribunal Regional do Trabalho da 11.<sup>a</sup> Região

TRT15 - Tribunal Regional do Trabalho da 15.<sup>a</sup> Região

TRT18 - Tribunal Regional do Trabalho da 18.<sup>a</sup> Região

TRT22 - Tribunal Regional do Trabalho da 22.<sup>a</sup> Região

### **Tribunais Eleitorais**

TRE-PI - Tribunal Regional Eleitoral do Piauí

TRE-MS - Tribunal Regional Eleitoral do Mato G. do Sul

### **Defensoria Pública**

DPESP - Defensoria Pública do Estado de São Paulo

DPDF - Defensoria Pública do Distrito Federal

### **Outros órgãos públicos**

TRF3 - Tribunal Regional Federal da 3.<sup>a</sup> Região

PGFN - Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional

MD - Ministério da Defesa

ABDI - Agência Brasileira de Desenvolvimento Industrial

SERPRO - Serviço Federal de Processamento de Dados

MPU - Ministério Público da União

### **Escritórios de advocacia**

Andreive Ribeiro Sociedade Individual de Advocacia

Baptista Luz

Brandão Ozores

Mountaury Pimenta Machado & Vieira Mello

Ricardo Passos Advocacia

Silveiro Advogados

Veirano Advogados